

RELATÓRIO

Avaliação Institucional

Ano 2020
Triênio 2018-2020

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	2
1.1 DADOS INSTITUCIONAIS.....	2
1.2 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	2
2 METODOLOGIA.....	3
3 DESENVOLVIMENTO.....	4
3.1 PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	4
3.2 POLÍTICAS ACADÊMICAS	5
3.3 RESULTADOS DA PESQUISA CPA	6
3.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	12
4 ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES	17
4.1 AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE	17
4.2 MEDIDAS IMPLEMENTADAS.....	18
5 PÓS-GRADUAÇÃO.....	19
6 ANÁLISE TRIÊNIO 2018 – 2020	21
6.1 INFRAESTRUTURA.....	21
6.2 COMUNICAÇÃO.....	21
6.3 POLÍTICAS DE GESTÃO.....	22
6.4 POLÍTICAS ACADÊMICAS	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24

1 INTRODUÇÃO

A avaliação institucional da Faculdade Baiana de Direito (FBD) coaduna-se com seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e tem como objetivo, dentre outros, constituir-se em documento fundamental para o processo permanente de levantamento e observação dos fatos institucionais. Além de servir ao diagnóstico e à implementação de melhorias no projeto acadêmico, objetiva consubstanciar-se num verdadeiro processo de autoconhecimento acadêmico. É uma avaliação global e integrada do projeto da Faculdade Baiana de Direito, que procura, através da reflexão sobre práticas e dimensões institucionais, afirmar compromissos, práticas e valores.

É, também, o principal documento para o acompanhamento externo das políticas institucionais e do projeto pedagógico, servindo a cada triênio como mecanismo de avaliação por parte do Ministério da Educação, bem como instrumento para reestruturação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

1.1 DADOS INSTITUCIONAIS

Nome: Faculdade Baiana de Direito e Gestão

Mantenedora: Escola Baiana de Direito Ltda.

Código: 3847

Característica: Instituição Privada de Ensino com fins lucrativos

1.2 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPA) está atualmente composta pelos membros abaixo designados:

Coordenador da CPA / membro do corpo docente: Cláudia Albagli Nogueira

Membro do corpo técnico-administrativo: Jaqueline Andrade Moura

Membro do corpo discente: Lucca Nascimento

Representante da comunidade: Victor Hugo Jesus de Souza

Esta composição corresponde à equipe responsável pelas atividades de avaliação institucional no período anual, sendo este relatório parcial referente ao ano de 2020 e parte do triênio 2018-2020.

2 METODOLOGIA

O processo de avaliação institucional no ano de 2020 não seguiu os trâmites normalmente realizados em virtude da suspensão das atividades presenciais da Faculdade, em março de 2020, estabelecendo-se regime de ensino remoto. Como é sabido, o ano de 2020 foi marcado pela pandemia da Covid-19, cuja capacidade de infecção viral e possíveis efeitos fatais conduziram a uma mudança significativa na rotina dos sujeitos mundo afora, não estando a Cidade do Salvador blindada a esses fatos. Trata-se de um momento absolutamente atípico, que obrigou a todos reposicionarem suas rotinas, atividades e expectativas profissionais e pessoais.

Diante desse cenário e da impossibilidade de manutenção das atividades (vide Portaria MEC n.º343/2020), restou prejudicada a realização das consultas da CPA à comunidade acadêmica. Além da inexistência de uma rotina presencial na Faculdade, havia a incerteza do cenário educacional, impedindo, portanto, que fossem aplicados os questionários e feito o respectivo diagnóstico como nos anos anteriores do triênio.

Contudo, a Faculdade decidiu pela realização de uma pesquisa à comunidade discente voltada a avaliar as rotinas implementadas com o ensino remoto, assim como itens de comunicação, tecnologia, suporte dado pelas estruturas acadêmicas, administrativas e financeiras e questões relativas ao processo de aprendizado. Também se colocou questão sobre a possibilidade de retorno do ensino no modelo híbrido e/ou presencial.

O desenvolvimento desse questionário foi feito pelos membros da CPA, através de reuniões online e com a formulação daquelas questões que entendemos indispensáveis frente ao cenário atípico. Esses trabalhos foram divididos em dois momentos: um anterior à pesquisa para a elaboração das questões para a consulta da comunidade acadêmica; e um posterior, para interpretação dos dados e elaboração do presente relatório. A pedido da CPA, a tabulação dos dados coletados foi feita pelo Centro de Tecnologia e Informática da própria Instituição.

O resultado dessa pesquisa simplificada foi divulgado à comunidade discente, através dos canais digitais, especialmente para que tomassem conhecimento do opinativo coletado quanto ao retorno das aulas em modelo híbrido e/ou presencial.

Aplicou-se a mesma pesquisa para os cursos de pós-graduação e o Baiana Business, MBA de negócios da faculdade. Igualmente, foram tornados públicos os resultados.

Na consulta à comunidade, os índices de resposta foram bastante satisfatórios, tendo sido atendido por aproximadamente 750 alunos (os números variam para mais ou para menos a depender da questão), correspondendo a 81% (oitenta e um por cento) dos estudantes matriculados em 2020.1. Isso por pesquisa espontânea, sem condicionar o acesso ao Portal Acadêmico, portanto, demonstrando uma adesão à consulta e assegurando uma importante margem de respostas para as decisões que se fizeram necessárias ao longo do ano de 2020 e mesmo para o início do ano de 2021.

Manteve-se, em todos os casos, a prerrogativa da não identificação dos que contribuíram com o processo. Para tanto, o sistema eletrônico não associa as respostas fornecidas ao aluno ou professor e as cédulas manuais destacaram a facultatividade da aposição do nome.

3 DESENVOLVIMENTO

O levantamento dos dados no ano 2020, feito por meio de tabulação gráfica, possibilitou destacar a situação dos principais aspectos institucionais em face da comunidade acadêmica. Vão aqui organizados com as questões de comunicação aluno/instituição, questões de tecnologia e processo de aprendizado.

Em item específico, considerando as peculiaridades dos cursos, a clareza e objetividade do presente relatório, vão os resultados e análise das avaliações da pós-graduação e dos cursos *master business* da Faculdade.

3.1 PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional, realizada desde 2007, vem evoluindo para buscar os resultados mais eficazes, sempre alcançando os três grupos envolvidos no desenvolvimento da atividade acadêmica, quais sejam: discentes, docentes e corpo técnico-administrativo. No ano de 2020, conforme já justificado, assume uma condição *sui generis* devido à pandemia e a necessária interrupção das atividades presenciais. Ainda assim, manteve-se o compromisso de realização de uma consulta à comunidade compatível com as demandas do atual contexto e que respondesse por algumas dúvidas que surgiram quando à condução das decisões institucionais.

Em consonância com o PDI, numa compreensão de que é a avaliação instrumento fundamental para a sua concepção e realização, tem-se procurado atingir os três fundamentos do funcionamento da FBD (ensino, pesquisa e extensão) e, principalmente, o aprimoramento através da indicação das possíveis deficiências, para correção, e dos resultados positivos, para incremento.

Do mesmo modo, quando projetamos a missão institucional, lembrando que a FBD tem, entre as suas peculiaridades, ser uma Instituição ainda de curso único, que preza pela qualidade do corpo docente e por uma sólida formação ética, moral e técnica. A FBD tem o firme propósito de ofertar uma formação completa aos seus discentes, porque acredita na educação superior como elo responsável pela capacitação do ser humano na formação profissional, mas também na dimensão cultural e humanística, para que ele possa ter um crescimento enquanto indivíduo.

No que se refere à responsabilidade social da Faculdade Baiana de Direito, os relatórios de avaliação institucional anteriores já apontam para um incremento deste viés através da ampliação das suas atividades de iniciação científica, notadamente grupos de estudo que têm como objeto matérias de grande interesse social local. Esses grupos de estudo foram mantidos ativos durante a pandemia assegurando a continuidade das pesquisas e voltando parte delas para a compreensão das relações entre direito e pandemia.

No campo da extensão, o Projeto Direito na Escola foi reposicionado para o desenvolvimento de conteúdos digitais que podem ser utilizados pelas escolas públicas e que estão disponíveis em rede social do projeto, bem como no canal do Youtube da Faculdade Baiana de Direito. Esta foi a forma de adaptar a atividade de extensão ao contexto pandêmico e manter a sua realização, ainda que ao longo de 2020 não tenham as escolas públicas do

estado da Bahia retornado as suas aulas, colocando-se, portanto, o conteúdo em plataformas acesso público.

Por fim, a atuação do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), que realiza atendimento gratuito para consultoria e assistência judicial, impactando positivamente no atendimento à população localizada nas proximidades da Faculdade e outros bairros. Também, durante o ano de 2020, foram mantidos os atendimentos online para acompanhamento e ingresso de ações, assim como realizado acompanhamento específico para situações jurídicas relacionadas à pandemia. Em parceria com ONGs a Faculdade criou uma rede de divulgação das atividades do NPJ, assegurando a manutenção dos atendimentos ainda que pela via remota.

Através da sua mantenedora, a FBD busca a inserção de alunos por meio de Programas e Bolsas de Estudo, tais como o PROUNI (em 2020 foram 137 alunos, entre bolsistas integrais e parciais) e FIES (em 2020, 10 alunos). Além disso, são desenvolvidas ações que visam a contribuir com a inclusão social e o desenvolvimento local, a partir da adesão aos referidos programas, assim como a realização de outros projetos de extensão, por meio da articulação com o poder público e organizações. Em 2020 a FBD manteve o programa próprio de parcelamento, o ACREDITE, com objetivo de permanência do estudante na Instituição. Considerando a instabilidade econômica e a redução de renda de muitas famílias, a existência desse programa financeiro mostrou-se ainda mais relevante para assegurar o direito à educação daqueles que estão com suas graduações em curso e que conseguiram manter o vínculo institucional através de negociação diretamente com a Faculdade.

Da mesma forma, a Instituição, por meio da parceria com o grupo Mulheres do Brasil, ofertou bolsas de estudo para mulheres atendidas pelo programa, com o intuito de promover políticas de incentivo à redução das desigualdades de gênero. Foram oferecidas 5 bolsas no ano de 2020, mas, em virtude da pandemia, as mulheres somente serão contempladas no ano de 2021.

3.2 POLÍTICAS ACADÊMICAS

A Faculdade Baiana de Direito vem, ao longo dos seus doze anos de existência, buscando o aprimoramento das suas políticas institucionais. O projeto acadêmico, na perspectiva do ensino, compõe-se de currículo em consonância com as regras do Ministério da Educação e ajustado aos objetivos institucionais.

A Instituição considera importante a Graduação pela sua relevância na construção da visão de mundo e da postura política do indivíduo, preparando-o com autonomia e liberdade por meio de um processo educacional que garanta a conciliação da postura ética com a prática profissional para o exercício da cidadania. Também, nos últimos três anos, a FBD vem aprimorando atividades que despertem o aluno para o exercício da alteridade, acreditando que esta é ferramenta essencial à formação do profissional contemporâneo. Daí, por exemplo, a inclusão no currículo da graduação, como disciplinas eletivas de Direito e Bioética; Direito e Diversidade; Direito e Tecnologia.

Diferente não é com a Pós-graduação, onde, buscando a potencialização de especialidades profissionais, bem como o aprimoramento de habilidades como comunicação e criatividade, tem-se expandido o Núcleo de Pós-graduação e o Baiana Business.

Orientada por uma visão interdisciplinar, concebe sua organização didático-pedagógica a partir do avanço da visão restrita de mundo para compreensão da complexidade da realidade; reconhece, assim, que todo conhecimento é igualmente importante. Neste sentido, procura a integração do ensino com a pesquisa e estimula a extensão por meio de ações factíveis e razoáveis ao seu universo de aplicação.

Em 2020 realizou-se um esforço conjunto entre os diversos setores para adaptação às condições peculiares impostas com a pandemia, preservando o projeto acadêmico na sua perspectiva macro e implementando mudanças necessárias à realidade do ensino remoto. Também houve, pela Coordenação acadêmica, uma política de estímulo ao uso de metodologias compatíveis com o ambiente virtual, inclusive com a contratação de consultoria externa para capacitação docente.

Para viabilizar essas mudanças, que se apresentavam como urgentes naquele contexto, operou-se uma alteração do calendário acadêmico do primeiro semestre. As férias do meio do ano foram antecipadas para o mês de maio (04.05 a 31.05) e nesse intervalo das atividades foi feita a implementação do sistema ÁGATA, ambiente virtual de ensino, a partir do qual estão organizadas as aulas online, compartilhamento de conteúdos, realização de avaliações e plataforma oficial de interação entre professores e alunos.

Isso gerou, por óbvio, uma mudança em algumas políticas institucionais, como, por exemplo, a exigência das provas discursivas e realização da prova unificada (“provão”). Estas foram substituídas por atividades avaliativas compatíveis com o modelo de aprendizado remoto. Destaca-se, como já dito, o comprometimento com a perspectiva macro dos objetivos institucionais, destacadamente no que se refere à excelência do ensino e à formação humanística. Não houve, portanto, mudança nos conteúdos dos componentes curriculares, mas sim adaptação da didática e das metodologias avaliativas.

3.3 RESULTADOS DA PESQUISA CPA

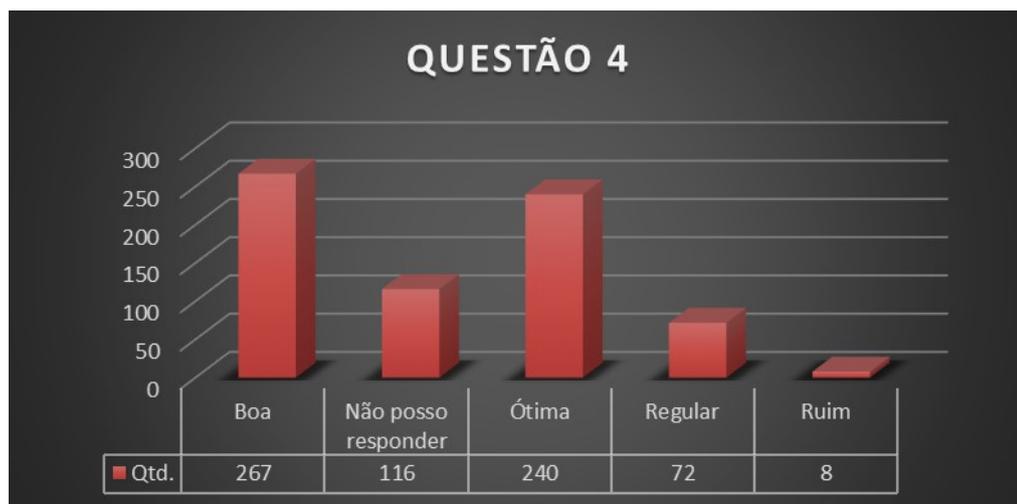
A Comissão Própria de Avaliação estruturou a pesquisa junto aos alunos a partir da análise das relações entre alunado e os setores de suporte da Faculdade, avaliação de aspectos tecnológicos, sistema Ágata (ambiente virtual de aprendizagem utilizado pela IES) e processo de aprendizado. Com o prolongamento da pandemia, decidiu-se por realizar uma segunda consulta à comunidade, dessa vez para avaliar os docentes, adaptação destes ao sistema remoto e aplicação de metodologias ativas.

Na sequência apresentamos os principais índices, ressaltando que todos os dados colhidos estarão anexos a este relatório à disposição para eventuais análises das tabulações.

No item de **comunicação e apoio** dos setores, apresentam-se bons resultados em relação a todos os setores, chamando especial atenção a avaliação da **Direção da Faculdade**, que recebe mais que o dobro de indicação entre ótimo/bom em comparação a regular.



Também a **comunicação e apoio do setor de tecnologia** são muito bem avaliados pelos estudantes. Esse item tem especial importância, considerando que as atividades acadêmicas passaram a depender inteiramente do suporte do setor de tecnologia da instituição. Foi uma das áreas da Faculdade que precisou ser redimensionada, passando, também, a cumprir uma função acadêmica expressa na estruturação do ambiente virtual de aprendizado (AVA).



O sistema Ágata, ambiente virtual de aprendizagem da Faculdade Baiana de Direito, também foi avaliado positivamente. Ressalte-se que, de acordo com o que se extrai do relatório de ações adotadas pela Faculdade Baiana (documento que pode ser analisado conjuntamente a esta avaliação), o Ágata foi desenvolvido num curto período de tempo, buscado uniformizar todos os procedimentos acadêmicos e concentrar as atividades pedagógicas em um só ambiente, de acordo com as sugestões dos discentes ao longo da primeira unidade. O seu funcionamento e eficiência foi fundamental para que a Faculdade Baiana continuasse a dar seguimento ao seu projeto pedagógico e garantisse a permanência da qualidade acadêmica. Vejamos o resultado da avaliação do Ágata no gráfico abaixo.



Duas questões foram dirigidas ao processo de formação do conhecimento do aluno, avaliando as condições de aprendizagem e a participação/interatividade durante as aulas. Em ambas, embora a soma de respostas de bom/ótimo seja superior à de regular, chama atenção o número de alunos que entende que o seu processo foi regular/ruim. Possivelmente essa análise deve-se ao impacto ocorrido na mudança de rotina de atividades presenciais para remota e da natural insegurança que todo o cenário pandêmico vem ocasionando. Foram as seguintes questões:

6. Como você avalia o seu aprendizado nas disciplinas, no formato remoto?



7. Como você avalia a sua participação/interatividade nas disciplinas no formato remoto?

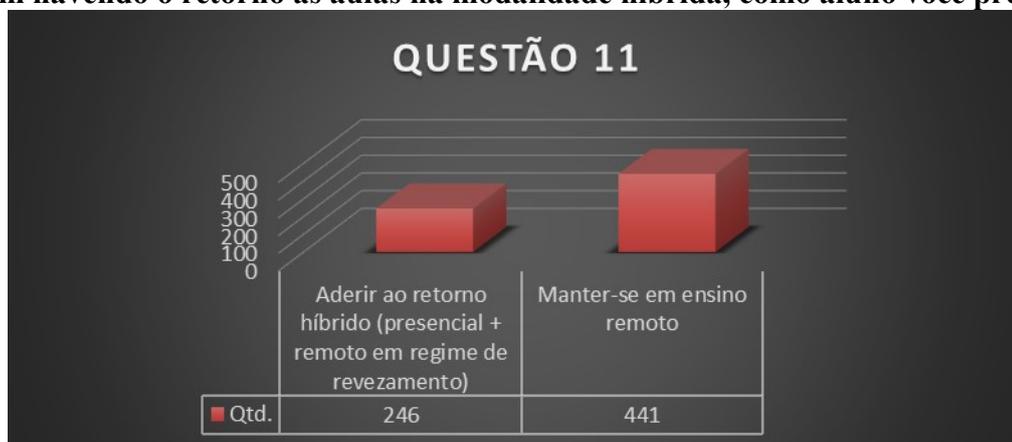


Em relação a esse ponto, cabe destacar que o **Núcleo de Atendimento Psicopedagógico** foi todo adaptado para atendimentos em condição remota, com acompanhamento daqueles alunos que procuram a Instituição, ou aqueles que sejam indicados para atendimento pela coordenação ou por algum docente. O trabalho da psicopedagoga se constitui em acompanhamento psicológico e suporte na aprendizagem, auxiliando na elaboração de um plano de estudo, de modo a compreender a importância da rotina, engajamento e responsabilidades nesse novo cenário e permitir uma efetiva construção do conhecimento a partir das atividades propostas pelos docentes.

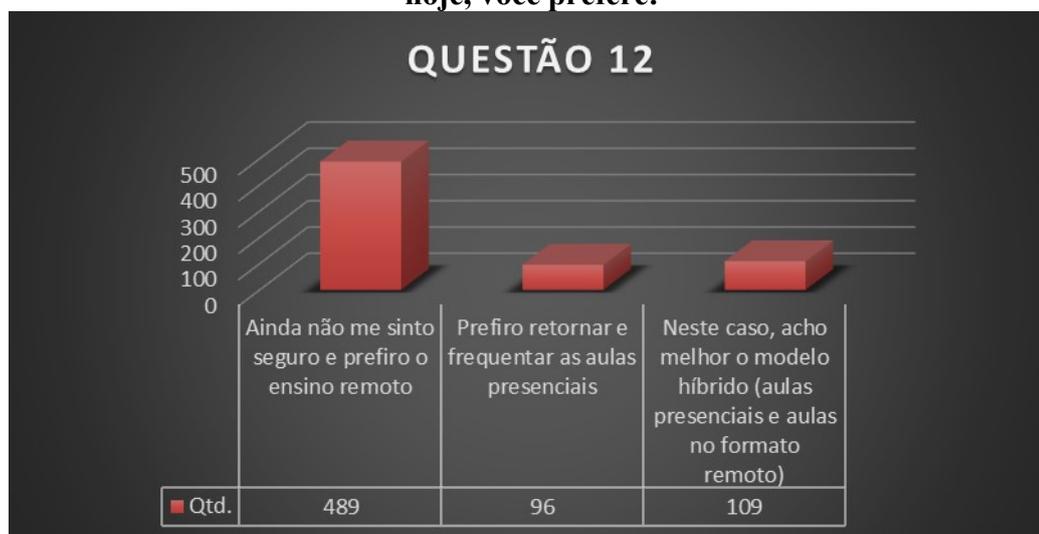
Trata-se, igualmente, de um setor que passa a trabalhar diretamente com a Coordenação Acadêmica e Colegiado de curso nas decisões quanto às questões relativas a estudantes que apresentem dificuldade de aprendizado, que precisam redimensionar matrículas ou realizar processos como o de trancamento de matrícula ou extensão de prazos acadêmicos.

Também se revela a preocupação institucional com um possível horizonte de retorno às aulas nos diferentes cenários imaginados para o ano de 2021. Para isso, foram elaboradas duas questões: preferência do aluno entre retorno ao modelo híbrido ou manter-se no regime remoto; e, no caso de autorização para retorno total presencial, como o alunado se comportaria. Vejamos os resultados nos gráficos abaixo

11. Em havendo o retorno às aulas na modalidade híbrida, como aluno você pretende:

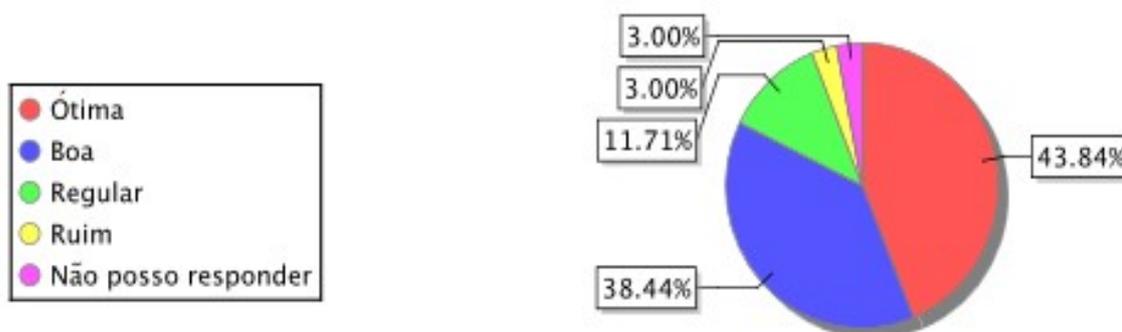


12. Em caso de as autoridades sanitárias autorizarem o retorno das aulas presenciais hoje, você prefere:



No segundo questionário aplicado, já no segundo semestre (outubro 2020), optou-se por avaliar o corpo docente com o intuito de observar a interação com o modelo remoto de ensino, previsibilidade das ações docentes, assim como uso de metodologias ativas, o que vem sendo posto como prioridade a partir da necessidade de substituição das aulas presenciais.

Em relação às ferramentas utilizadas pelos docentes para condução das aulas, a maioria dos alunos avalia como ótima/boa. Isso aponta para um resultado positivo no funcionamento dos sistemas adotados pela Faculdade (ÁGATA + Zoom).



Um outro ponto muito relevante foi a questão referente à aplicação de metodologias ativas pelos docentes, no que também se pode avaliar como satisfatório o resultado, já que apenas 11% dos alunos indicam que não houve uso de metodologias ativas pelos docentes com os quais cursaram os componentes curriculares. Considerando que foi o primeiro semestre em que se estabeleceu como política prioritária o recurso das metodologias ativas, assim como considerando que se trata de um período sui generis, onde as dificuldades de adaptação são inevitáveis, entendemos como positivos os resultados alcançados.

3 - Em relação ao uso de metodologias ativas nas disciplinas realizadas durante o ano de 2020:

Sim, os docentes de todas as disciplinas utilizaram metodologias ativas durante suas aulas	79	23.72%
Sim, na maioria das disciplinas houve uso de metodologias ativas	208	62.46%
Nas disciplinas matriculadas não houve uso de metodologias ativas	38	11.41%
Não participei ativamente das aulas e não posso responder à pergunta	8	2.40%

O aproveitamento do tempo de aula também foi avaliado. Ressalte-se que uma das questões que envolve o ensino remoto são as condições de permanência do estudante por longo período em frente à tela de computador. Daí que nem sempre a relação entre tempo de aula e aproveitamento de aula são idênticos. Nesta pesquisa, em torno de 70% (setenta por cento) avalia como positivo o aproveitamento do tempo de aula.

O sistema Ágata foi avaliado pelos alunos quanto ao funcionamento para avisos, entrega de materiais didáticos, resolução de dúvidas, entre outros itens. O que se observa das respostas é que realmente o sistema atendeu às demandas discentes e institucionais, já que 71% dos alunos respondeu que os docentes utilizaram-se do sistema para desenvolvimentos das aulas e atividades, enquanto apenas 0,60 % dizem que o sistema somente foi utilizado para aulas.

5 - Em relação ao uso do Sistema Ágata (avisos, entrega de material, retorno das dúvidas), os docentes:

Usaram com regularidade o sistema Ágata, sendo útil ao desenvolvimento das aulas e	239	71.77%
Os docentes usaram o sistema apenas para as aulas e entrega de material, não havendo	66	19.82%
Os docentes utilizaram o sistema apenas para aulas e avaliação, não havendo uso para	11	3.30%
Os docentes utilizaram o sistema apenas para as aulas	2	0.60%
Não posso responder	15	4.50%

Por fim, um ponto muito importante abordado nesta consulta à comunidade discente diz respeito às avaliações, à clareza na explicação dos modelos avaliativos, critérios de correção e eventual acompanhamento posterior. As respostas indicam que os docentes corresponderam a essa demanda, já que a maioria dos alunos (58%) responde que houve explicação das avaliações e acompanhamento posterior por parte dos docentes, enquanto que 22% (vinte e dois por cento) diz que houve explicação, mas não houve acompanhamento posterior. Os dois resultados deverão ser observados pela Coordenação acadêmica para diálogo com o corpo docente da instituição.

7 - Em relação à clareza quanto a apresentação e correção das avaliações, os docentes:

Os docentes previamente explicaram sobre as avaliações, critérios de correção e se	195	58.56%
Os docentes previamente explicaram as avaliações, mas não realizaram acompanhamento	74	22.22%
Os docentes apenas apresentaram as avaliações.	36	10.81%
Não posso responder	28	8.41%

3.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Ressalte-se que as políticas institucionais voltadas para os discentes foram inteiramente mantidas, a exemplo das **políticas de mérito e programa de monitoria**.

Durante todo o ano de 2020, 70 (setenta) alunos participaram das atividades de monitoria, sendo 41 (quarenta e um) alunos no primeiro semestre (nove bolsistas) e 29 (vinte e nove) alunos no segundo semestre (sete bolsistas). A Faculdade tem mantido o programa com bolsas e a cada ano incentivado a realização das atividades de monitoria.

O Núcleo de Iniciação Científica da IES atua como complementar aos processos pedagógicos de ensino-aprendizagem desenvolvidos em sala e tem como objetivo fomentar a iniciação científica por meio da produção individual ou coletiva de estudos, além de propiciar ao estudante, desde o início da sua formação acadêmica, a reflexão sobre os problemas cotidianos e o enfrentamento destes. Ao longo de 2020, as atividades do núcleo continuaram acontecendo em modelo remoto, assegurando a continuidade das pesquisas feitas. Entre as atividades que são desenvolvidas, estão: elaboração de revistas e cartilhas, elaboração de relatórios com diagnóstico e proposição da realidade social, concursos de artigos e monografias, seminários, palestras, aplicação de questionários junto à comunidade, entre outras. Mais adiante apresenta-se o rol dos grupos em funcionamento na Faculdade.

Atualmente diversos grupos de pesquisa estão ativos em diferentes áreas de pesquisa, de modo a possibilitar que os discentes desenvolvam as suas potencialidades acadêmicas e experimentem a pesquisa, desdobrando em artigos ou relatórios com possibilidade de publicação na Revista da Faculdade ou em outras revistas. São os seguintes grupos de pesquisa ativos:

❖ **Grupos de Iniciação Científica:** Gênero, Raça e classe e suas opressões relacionadas ao direito (Coord. Prof^ª. Dr^ª. Daniela Portugal); Direito privado, cinema e literatura (Coord. Prof. Dr. Maurício Requião); Direitos humanos, literatura e cinema (Coord. Prof. Dr. Geovane Peixoto); Liberdade para ser livre (Coord. Prof. Dr. Geovane Peixoto); Direito Tributário (Coord. Prof^ª. Msc. Daniela Borges); Escravidão e direito brasileiro do sec. XIX (Coord. Prof. Dr. Marcus Seixas); IBCCRIM (Coord. Prof. Dr. Daniel Nicory); Direito desportivo (Prof. Diogo Dias).

❖ **Atividades de Extensão:** Direito na Escola (Coord. Prof^ª. Cláudia Albagli).

Como atividade de extensão, também estão as disputas de cortes simuladas entre diferentes instituições de ensino superior. Essas competições com calendário anual e, em

regra, etapas brasileira e internacional, exigem, ao mesmo tempo, rotina prévia de pesquisa e preparação e, no momento da competição, o desenvolvimento de importantes habilidades profissionais, como desenvoltura oral, raciocínio lógico e lastro argumentativo consolidado. A despeito de todas as questões ocorridas ao longo de 2020, a Faculdade manteve-se participando das competições com importantes resultados que vão abaixo explicitados:

- ❖ Philip. C. Jessup International Law Moot Court Competition – rodada nacional e internacional: 2º e 3º lugar nos memoriais e 6º lugar no melhor orador. Na fase internacional ficou em 29º lugar em memoriais entre as 155 equipes participantes;

- ❖ Competição Brasileira de Arbitragem Empresarial - CAMARB (Coord. Prof. Ruy Andrade): foi às oitavas de final, ficando em 9º lugar entre 61 equipes;

- ❖ Competição Brasileira de Mediação Empresarial - CAMARB (Coord. Prof. Ruy Andrade): ficou 29º Lugar (equipe de mediandos) e 20º (equipe de mediadores) entre 30 equipes participantes;

- ❖ Stetson International Environmental Law Moot Court Competition – 1º lugar de melhor oradora na fase nacional. Não houve a fase internacional.

- ❖ IV Tax Moot Brasil - 3º e 2º melhor memorial da fazenda pública entre 22 equipes concorrentes;

- ❖ 2º Competição Brasileira de Processo: 1º lugar geral, 3º melhor memorial do recorrido entre 24 equipes;

- ❖ Meeting de negociação – participação na 1º fase entre 40 equipes;

- ❖ II Moot Brasileiro de Direito Tributário: 1º e 3º melhores oradoras entre as 9 equipes participantes

- ❖ II Competição de arbitragem no agronegócio – CAMAGRO – semifinalista, 3º melhor memorial, 7º melhor oradora entre 14 equipes participantes;

- ❖ I Competição de Julgamento simulado de direito eleitoral – oitavas de final. Participação de 60 equipes.

Além dos grupos de iniciação científica, atividade de extensão e das competições de cortes simuladas, é necessário considerarmos as entidades organizadas pelos discentes e fomentadas pela instituição, o que demonstra a interação destes com o espaço acadêmico e a iniciativa de extensão do aprendizado para fora do espaço da sala de aula. Três delas possuem espaço próprio na Faculdade (C.A., Atlético e Alfa Empresa Júnior). São entidades atualmente em atividade na Faculdade:

- ❖ Centro Acadêmico Eduardo Espínola;

- ❖ Alfa Empresa Júnior;

- ❖ Atlético Baiana;

- ❖ Liga Acadêmica Baiana de estudos civis;

- ❖ Liga de empreendedorismo da Faculdade Baiana de Direito;

- ❖ Liga Baiana de Direito Público;

- ❖ Liga Baiana de Ciências Criminais;

- ❖ Liga Acadêmica de Estudos de Direito Ambiental.

Há ainda incremento dos investimentos para a manutenção e o aperfeiçoamento de obras e periódicos de divulgação científica e intelectual (revistas), visando à ampliação da produção docente, assim como a atualização do quadro de carreira docente, para incentivo ao desenvolvimento da carreira profissional. É o caso da consultoria atualmente contratada pela Faculdade Baiana para auxiliar no desenvolvimento das metodologias ativas.

Por fim, a própria avaliação institucional é parte fundamental desse caminho de organização e gestão da Instituição, sempre tendo em vista o incremento dos serviços e das ações institucionais. A prática da avaliação é vista como um diferencial importante nos processos decisórios, permitindo, portanto, uma ampla atuação da CPA como instrumento de diagnóstico para a tomada de decisão. É uma memória institucional que engloba as ações gerenciais e as atividades pedagógicas.

A **Sustentabilidade Financeira** vem representada, respeitados os limites estabelecidos no Regimento Interno, pela Mantenedora, a quem compete promover os meios adequados de funcionamento das atividades da Instituição, colocando-lhe à disposição os bens móveis e imóveis de seu patrimônio, ou de terceiros a ela cedidos e assegurando-lhe suficientes recursos financeiros de custeio para cumprir as ações institucionais propostas.

À Mantenedora reserva-se a administração orçamentária da Faculdade, podendo delegá-la, no todo ou em parte, ao Diretor Geral, devendo este encaminhar, mensalmente, um relatório circunstanciado de todas as receitas e despesas ocorridas no período. As decisões dos órgãos colegiados que importem aumento de despesas são submetidas à apreciação do conselho consultivo.

A FBD desde 2008 não recebe qualquer aporte da Mantenedora, sendo capaz de suportar com as receitas próprias as despesas correntes administrativas, impostos e obrigações, salários e investimentos. O contexto econômico-financeiro fica ainda mais visível quando se analisa o perfil de adimplemento da IES, não havendo no histórico nenhum episódio de inadimplência ou atraso nos pagamentos.

A receita da FBD se baseia numa cadeia de fontes em que a principal conta é a de mensalidades da graduação. Os recebimentos sob esta legenda representam cerca de 67% (sessenta e sete por cento) da receita total, os quais, se necessário fosse, permitiriam praticamente o custeio do funcionamento da Instituição, representando aproximadamente 89% (oitenta e nove por cento) das despesas totais. Considerando a receita advinda dos repasses pelos contratos dos alunos com o Fundo de Financiamento Estudantil, ainda que estes correspondam a repasses por mensalidades, para relatoria gerencial esse valor é computado à parte, devido ao comportamento dessa receita com relação a fatores que fogem ao nosso controle, como sazonalidade e descontos feitos pela União. Os repasses do Fundo de Financiamento Estudantil representam aproximadamente 8% (oito por cento) do total de receitas.

Além das receitas com mensalidades da graduação, pós-graduação e referentes aos repasses do Fundo de Financiamento Estudantil pelos estudantes que possuem contrato, são praticadas taxas de serviços acadêmicos para a realização de segundas chamadas, emissão de atestados e declarações, cartas de apresentação, segundas-vias de comprovante de matrícula, matrizes curriculares autenticadas, históricos, certidões de estudo, planos de ensino, trancamentos, transferências de turno, segundas vias de certificados de conclusão do curso e segundas vias de diplomas. O recebimento por esses serviços é da ordem de 0,15% (zero vírgula quinze por cento) do total de receitas. As multas de biblioteca, que são geradas pelo atraso na devolução das obras disponíveis no acervo da faculdade, também geram receita correspondente a 0,15% (zero vírgula quinze por cento) das receitas.

Como complemento ao conteúdo do curso de graduação, a Instituição oferta diversos cursos de extensão, com cargas horárias variadas, que contemplam não só assuntos e

ferramentas da prática do direito, mas também habilidades acessórias. Todos os cursos somados significam 2% (dois por cento) das receitas totais.

São levados em conta os fatores macro e microeconômicos que possam eventualmente impactar nas finanças, na gestão e no funcionamento da Faculdade. As prospecções são feitas obedecendo ao alto padrão das políticas de manutenção da estrutura já oferecida pela instituição, em perfeito alinhamento com as perspectivas ideológicas de investimento em tudo o que a FBD interage.

Ao longo do ano de 2020, em virtude da instabilidade financeira que se abateu pela paralisação de diversos setores econômicos, bem como as condições sanitárias enfrentadas, a Diretoria Financeira da Faculdade tomou algumas medidas, dentre elas:

- Processo de matrícula 2020.2 e 2021.1 através de *drive-thru* e/ou coleta em domicílio, através de agendamento;
- Ampliação do calendário de matrícula para evitar concentração de alunos e funcionários;
- Flexibilização de prazos e taxas para trancamento de matrícula;
- Descontos emergenciais para alunos com rendimentos impactados pela pandemia devidamente comprovados;
- Trancamento com suspensão/prorrogação de pagamentos para os cursos de pós-graduação e MBA.

Por fim, como instituição socialmente responsável, a Faculdade Baiana de Direito possui algumas parcerias com instituições e empresas, visando a elaboração e implementação de projetos essenciais à integração da Instituição de Ensino Superior com a comunidade na qual está inserida. Esses projetos são fundamentais, também, para o aperfeiçoamento dos discentes, além de contribuir para a formação humanística e ética dos futuros profissionais. Dentre os convênios firmados, estão as parcerias com a Universidade de Lisboa e a Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro para o intercâmbio entre os estudantes, assim como a parceria com diversas Organizações não Governamentais para a realização de trabalhos voluntários e com instituições públicas e privadas para a oferta de estágios.

Neste ano de 2020, com as condições peculiares vivenciadas, o Núcleo de Acompanhamento ao Discente suspendeu a realização de parcerias para intercâmbio interinstitucional. Quanto aos estágios, em sua maioria foram mantidos através de regime remoto, ou adequando-se às regras de segurança sanitária.

Todo o acompanhamento de parceria para estágio é feito pelo Núcleo de Prática Jurídica, assim como as parcerias com instituições de ensino e Organizações não Governamentais são feitas pelo Núcleo de Acompanhamento ao Discente.

Um dos objetivos da IES é de sempre implantar e renovar projetos de parceria e convênios que assegurem a prática profissional dos estudantes junto às empresas e organizações da região, bem como manter programas de apoio e orientação aos alunos, promovendo o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e facilitação para o ingresso no mercado de trabalho.

A biblioteca está frequentemente sendo atualizada e a Faculdade pretende ampliá-la, no intuito de transformá-la em um espaço ainda mais amplo de pesquisa e aprendizagem para leitura, produção de texto, metodologia do trabalho científico e de técnicas de autoaprendizado. Possui, atualmente, um acervo de aproximadamente 40.000 (quarenta mil) livros

distribuídos entre o acervo próprio e acervo particular de docentes da Instituição que lá depositam disponibilizando a toda comunidade discente e público externo frequentador.

4 ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

O processo de avaliação, durante o primeiro semestre, partiu de reuniões entre os membros da Comissão Própria de Avaliação voltadas à discussão dos questionários e depois a repensar o processo avaliativo diante da suspensão das aulas presenciais e da mudança das rotinas institucionais. Assim, procedeu-se à opção por uma avaliação ainda no primeiro semestre, referente ao funcionamento dos serviços em regime remoto, bem como perspectivas da comunidade quando ainda imaginava-se um retorno remoto ou até presencial. Já no segundo semestre, o questionário teve como propósito a avaliação do sistema Ágata, relação docente/aluno, em especial no que se refere à questão das metodologias ativas, e, ainda, como os discentes se comportavam sobre as possibilidades de retorno em 2021.

Com esse intuito, como dito no início, realizou-se uma campanha de divulgação do processo de avaliação e a simplificação dos formulários de perguntas e respostas mediante redução do número de quesitos e com extensão do prazo de votação. A CPA considera satisfatória a participação considerando a instabilidade que estamos vivendo.

Para o ano de 2021, a CPA deverá organizar-se, mais uma vez, de acordo com as singularidades que forem se apresentando, procurando sempre manter a seriedade do processo avaliativo e o intuito colaborador com as decisões estratégicas da instituição de ensino.

4.1 AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE

Superadas a exposição dos dados levantados, passamos àquele que deve ser o propósito da avaliação institucional: conhecer e compreender para melhorar. É fornecer elementos – dados da realidade e reflexões – para fundamentar ações proativas da instituição, como nos lembra José Dias Sobrinho¹.

Através da CPA, busca-se a continuidade dos processos institucionais e a formação de uma memória relativa a ações gerenciais e atividades pedagógicas. Assim sendo, em regra, neste item, desenvolvemos proposições em relação a infraestrutura, comunicação, processo avaliatório e questões pedagógicas.

Ocorre que a singularidade das condições atuais em que vivemos impede que pensemos o projeto institucional dentro das condições de normalidade das práxis acadêmicas. Ou seja, como observar e propor, se o que temos em mãos são dados extraídos de um momento de excepcionalidade e que não se pode dimensionar até quando efetivamente perdurará?

Dos questionários aplicados em 2020 e dos resultados obtidos, sugere-se que a Instituição trabalhe prioritariamente com o contínuo **aperfeiçoamento do sistema Ágata**, já que é através dela que se dá toda comunicação entre docentes e alunos, reunindo registro de aulas, conteúdos compartilhados e comunicação institucional.

¹ DIAS SOBRINHO, José. Qualidade e garantia de qualidade: acreditação da educação superior. *In*: ROTHEN, José Carlos; BARREYRO, Gladys Beatriz (org.). **Avaliação da educação: diferentes abordagens críticas**. São Paulo: Xamã, 2011. p. 17-41.

Outro ponto diz respeito ao **acompanhamento constante do corpo docente** para análise das condições de exercício das atividades (saúde dos docentes e acompanhamento do sistema de ensino), uso devido da plataforma Ágata e recurso às metodologias ativas, pois estas são essenciais frente à longa permanência dos estudantes diante das telas de computador.

No quesito saúde dos docentes, estende-se, por óbvio, ao corpo técnico-administrativo, que igualmente passa a trabalhar na integralidade pela via remota com longos períodos de permanência no computador. A Faculdade deve ponderar a possibilidade da contratação de profissionais especializados que auxiliem com a indicação de exercícios motores, correção de postura ergonômica e rotinas que reduzam os impactos à saúde ocupacional provocados pelo trabalho em home Office.

Manter e aperfeiçoar os canais de acompanhamento ao discente. Além da mudança abrupta de rotinas de aula e estudo, muitos estudantes estão sendo afetados pela doença nos seus ambientes familiares o que acaba por impactar na continuidade das suas atividades. Daí a importância da Faculdade facilitar a comunicação e manter o setor de acompanhamento psicopedagógico ativo, como, aliás, tem sido.

4.2 MEDIDAS IMPLEMENTADAS

Para este ano de 2020 foram inúmeras as ações realizadas pela Faculdade Baiana de Direito com vistas a adaptar-se às condições absolutamente excepcionais que se apresentaram. Justamente por isso, a Faculdade montou um documento denominado Plano de ação do período de suspensão das atividades presenciais e relatório de ações adotadas, onde estão de forma pormenorizada todas as medidas tomadas de acordo com as diversas áreas e setores da Faculdade.

Considerando a existência desse documento, compreendemos que a CPA realizaria um *bis in idem* se neste relatório anual enumerasse essas ações. Optamos, pois, por anexar o referido dossiê e, desta maneira, permitir que tantos quantos desejem conhecer os procedimentos realizados institucionalmente tomem dele conhecimento.

5 PÓS-GRADUAÇÃO

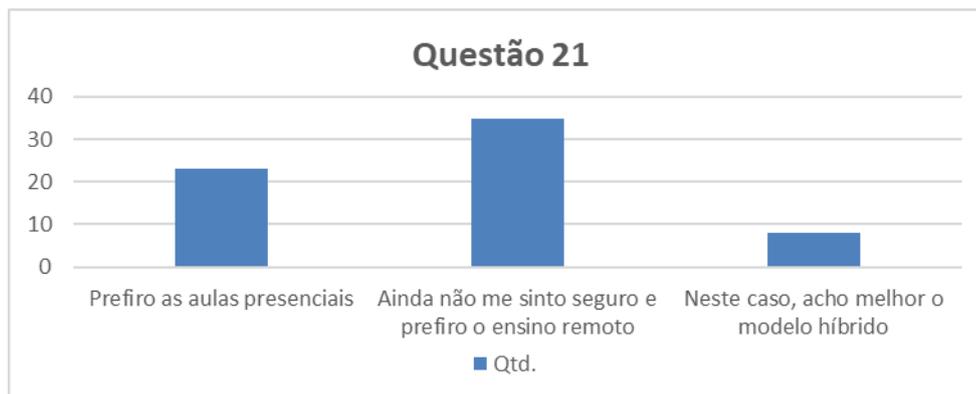
O Núcleo de Pós-graduação da Faculdade Baiana de Direito está em funcionamento desde 2013, sendo criada com 6 (seis) cursos e estando atualmente com 11 (onze) cursos e aproximadamente 450 (quatrocentos e cinquenta) alunos. Este número não é exato em virtude dos quantitativos variáveis entre matrículas suspensas e desistências. São os cursos de pós-graduação atualmente em atividade:

- ❖ Direito Público;
- ❖ Ciências criminais;
- ❖ Direito Processual Civil;
- ❖ Direito e Processo do Trabalho;
- ❖ Direito e gestão mobiliária;
- ❖ LL.M. em Direito Empresarial;
- ❖ Direito Tributário;
- ❖ Direito Digital;
- ❖ Direito e Prática Previdenciária;
- ❖ Licitações e contratos administrativos;
- ❖ Direito médico, da saúde e bioética.

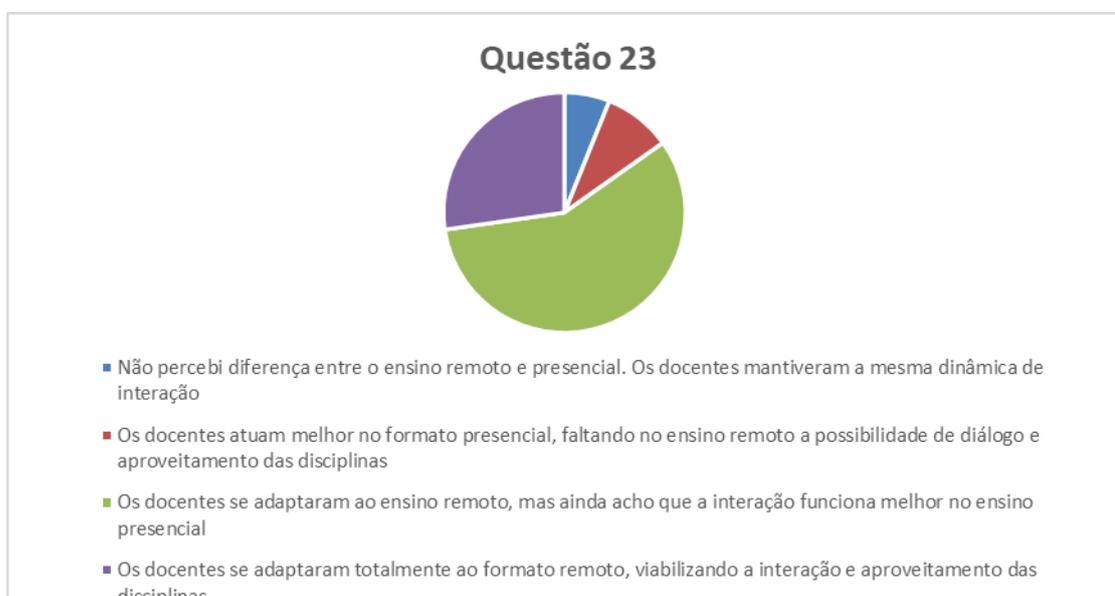
As aulas são em regra quinzenais, à exceção de cursos com aulas a cada 20 dias (imobiliário e licitações e contratos) e os cursos com aulas mensais (LL.M. em Direito empresarial). O processo de avaliação institucional na pós-graduação ocorre a cada semestre, em virtude da sazonalidade das turmas, sendo realizada avaliação por disciplina e institucional.

Nas avaliações por disciplina aplica-se questionário ao final de cada conjunto de aulas, avaliando aspectos pedagógicos, bem como cumprimento do conteúdo estabelecido. Em virtude da grande quantidade de cursos e disciplinas, torna-se impossível fazer aqui uma exposição pormenorizada dos resultados das avaliações, colocando à disposição as planilhas para consultas que se façam necessárias, sendo, portanto, anexo do presente relatório.

Para a pós-graduação, adotou-se questionário semelhante ao da graduação, portanto, adaptado às condições excepcionais impostas pela pandemia. Os resultados não serão trazidos um a um aqui, mas optamos por destacar algumas questões que entendemos mais relevantes e anexamos os demais dados consolidados para eventuais consultas. Dá-se relevo, contudo, a dois pontos: baixa adesão de respondentes (66 de um total de 468 alunos) e a resposta referente à preferência quanto ao regime híbrido ou presencial, tendo os alunos demonstrado a opção pelo regime híbrido.



Também, quando perguntados se os docentes se adaptaram ao regime remoto, a maioria entendeu que sim (56 dos 66 respondentes), sendo que entre estes a maior parte entende que ainda assim acham que a interação presencial funciona melhor (57%).



O sistema Ágata, plataforma também utilizada para os cursos de pós-graduação, foi também muito bem avaliado por aqueles que responderam ao questionário (86% de aprovação). Mais uma vez, sinaliza o acerto na implantação do ambiente virtual de ensino, o que permite à Instituição padronizar procedimentos e aprimorar as relações acadêmicas nos diferentes níveis.

O desafio na próxima avaliação parece ser o engajamento dos alunos da pós-graduação em atender ao questionário, respondendo e colaborando com as medidas de aperfeiçoamento.

6 ANÁLISE TRIÊNIO 2018 – 2020

Como parte do cumprimento das exigências estabelecidas pelo Ministério da Educação, além do relatório anual, apresenta-se o relatório trienal correspondente aos anos de 2018, 2019 e 2020. Neste ponto, apresentamos uma análise comparativa dos principais itens observados ao longo dos relatórios da CPA, assim como possíveis perspectivas para o triênio vindouro. É, portanto, uma análise consolidada dos resultados obtidos e de que ações foram sendo encadeadas a partir dos resultados apresentados pela Comissão Própria de Avaliação ao longo dos últimos três anos.

Para este relatório, separamos a análise por itens, o que facilitará a compreensão evolutiva das medidas tomadas pela Faculdade a partir das observações da CPA.

6.1 INFRAESTRUTURA

Na parte de infraestrutura, a principal mudança que ocorreu nesse triênio foi com a nova sede da Faculdade, que passou a funcionar em prédio composto de oito andares, com 26 salas de aula, auditório, estacionamentos, biblioteca, Núcleo de Prática Jurídica, entre outras benfeitorias existentes. Essa era uma demanda recorrente em todas as avaliações anteriores a 2018, estando também como medida prioritária da administração da Faculdade, pelo que veio a se resolver no segundo semestre de 2018.

Com a mudança da sede, além de dar-se solução a algumas questões, como espaços de convivência para a comunidade acadêmica e existência de local próprio para eventos, também foram atendidas demandas do corpo técnico-administrativo com o refeitório e o vestiário.

No quesito segurança, a Faculdade respondeu às demandas apresentadas com a instalação de catracas nas entradas da Faculdade, além de controle biométrico. Nos estacionamentos foi ampliada a equipe de recepção e encaminhamento dos carros, assim como o número de vagas, quesito que aparecia nas avaliações dos alunos da pós-graduação.

No ano de 2019 foi criada uma sala de acesso digital com a colocação de computadores à disposição dos estudantes.

Para 2020 estava prevista a instalação de máquinas para aquisição de comidas e bebidas com intuito de atender à demanda do alunado para que houvesse alternativa à cantina da faculdade. Neste item não foi possível avaliar tendo em vista a suspensão das atividades presenciais.

6.2 COMUNICAÇÃO

No item comunicação, aparece nas avaliações da CPA como meios mais utilizados pelos estudantes as redes sociais e o portal acadêmico, o que foi registrado nos relatórios anuais, sendo promovido ao longo desses anos o aprimoramento desses canais de comunicação. Assim, além de procurar ampliar o recurso informativo por esses meios, a Faculdade Baiana criou um setor de marketing e comunicação responsável pelo acompanhamento das redes sociais, divulgação de atividades internas, seleções, eventos e ações abertas ao público.

Já a pós-graduação criou um chat online para dúvidas e informações, que funciona em horário comercial através de pop-up quando do acesso ao site. Medida igualmente importante, considerando que uma das questões apresentadas na avaliação de 2019 foi a necessidade de melhoria dos canais de comunicação e atendimento aos estudantes.

Com a implementação do sistema Ágata dá-se mais um passo na ampliação e incremento da comunicação entre docentes e discentes, possibilitando uma via permanente de avisos, entrega de materiais e acesso a conteúdos visuais, inclusive aulas gravadas. Ressalte-se que o Ágata atende ao curso de graduação e aos cursos de pós-graduação, o que significa uma uniformização de procedimentos. A considerar que muitos alunos da pós-graduação são ex-alunos da FBD, a tendência é a de que, a longo prazo, forme-se uma cultura de uso do sistema entre os estudantes, o que deve tornar ainda mais fluida a circulação das informações institucionais.

O constante aprimoramento do Ágata vai apontado no relatório de 2020 como uma das ações a serem implementadas.

6.3 POLÍTICAS DE GESTÃO

Ao longo do triênio 2018-2020 foram tomadas medidas para melhorar a participação dos estudantes, professores e funcionários na avaliação institucional. Isso surtiu efeito, especialmente, se analisarmos comparativamente a participação dos estudantes em 2018 (com 133 respondentes estudantes) para 2019 (433 respondentes) e ampliando-se ainda mais em 2020 (aproximadamente. 750 respondentes). O mesmo ocorreu entre funcionários, mantendo-se os números, e entre professores, onde também se ampliou o número daqueles que atenderam à pesquisa.

Entre as políticas de gestão, reiteramos a reestruturação do Núcleo de Marketing para tornar a área mais estratégica e alinhada com as perspectivas atuais. Esse setor passou a atuar em planejamento de mídias digitais, gestão de tráfego nas redes sociais e produção audiovisual.

Ainda entre as políticas de gestão estão a realização de treinamentos para o corpo técnico-administrativo. Em 2020 foi dado início ao desenvolvimento da área de Pessoas e Organização, que tem como foco o capital humano. O Núcleo de Pessoas & Organização (P&O) volta-se especificamente ao desenvolvimento dos pilares Motivação, Comunicação, Trabalho em Equipe, Capacitação, Crescimento, Habilidades e Competências. Esse item também atende a apontamentos feitos pela CPA nos relatórios de 2018 e 2019.

A ação determinante para P&O é a concepção de um planejamento de carreira mais claro e consistente a todos os colaboradores. O Plano de Cargos e Salários está sendo revisado, e estão sendo implementados programas de capacitação de colaboradores, metodologias de avaliação de desempenho, pesquisas de clima organizacional e integração de novos colaboradores.

A disponibilização de consultoria para auxiliar o corpo docente na elaboração de metodologias ativas, além de medidas outras, elencadas no relatório 2020 e que dizem respeito especificamente à situação de excepcionalidade enfrentada com a pandemia.

6.4 POLÍTICAS ACADÊMICAS

Ao longo do triênio 2018-2020 foram realizadas algumas políticas acadêmicas que devem ser registradas neste relatório comparado.

Destacamos primeiro a implantação de uma nova matriz curricular no ano de 2019 que objetivou flexibilizar a montagem das grades ao longo do curso e possibilitar a atualização de conteúdos nas tradicionais disciplinas do curso, que vêm sendo objeto de mudanças e reposicionamento no processo de formação do aluno. Esta, aliás, é uma demanda permanente que é objeto de reflexões e debates no Núcleo Docente Estruturante (NDE) e demais órgãos de participação docente.

Junto com a mudança da matriz curricular, ainda em 2019, foram criadas novas disciplinas para o rol das optativas, dentre elas Direito e Tecnologia, Direito e Infraestrutura e Gestão de escritórios de advocacia. Todas com intuito de adequação do perfil do curso às novas demandas da formação jurídica.

Também ao longo do triênio foram ampliados os grupos de pesquisa ativos, alguns com permanência anual, outros com permanência mais extensa. Esses representam hoje um importante viés do processo de formação, crescendo a procura dos estudantes e com resultados interessantes entre artigos produzidos, participação em eventos jurídicos e produtos de pesquisas relevantes.

Na mesma esteira está a ampliação das entidades estudantis com total apoio institucional. Algumas delas, como o Centro Acadêmico Eduardo Espínola e a Alfa empresa júnior, têm espaço próprio na Faculdade e estrutura tecnológica disponibilizada. A Faculdade procura sempre apoiar as atividades desenvolvidas por essas entidades e, em alguns casos, considerar a realização de eventos por essas entidades e/ou participação no funcionamento das suas atividades para efeito de contagem das horas complementares dos alunos, posto que é um dos itens exigidos para a conclusão da graduação.

Por último, ao longo de todo o triênio, entre as questões pedagógicas, foi colocado como uma das prioridades a adoção de metodologias ativas nas atividades de ensino da graduação e pós-graduação. Para isso, a Faculdade já havia buscado consultoria para os docentes e já trabalhava com essa mudança, colocando, através do NDE, como uma das diretivas institucionais. Em 2020, com o recurso obrigatório ao ensino online, esse processo acabou sendo acelerado e, na própria avaliação institucional, observa-se que a maioria dos alunos aponta o uso das metodologias ativas pelos professores em suas aulas, assim como avaliam positivamente essa mudança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expostos os dados levantados, indicações desta Comissão, mudanças implementadas e a visão comparativa do triênio 2018-2020, dá-se por concluído o processo de avaliação institucional.

É este o relatório elaborado pela Comissão Própria de Avaliação, que será encaminhado ao Presidente da Mantenedora, ao Diretor Administrativo-Financeiro, à Coordenadora Administrativa, à Coordenação do Curso e debatido com a comunidade acadêmica a fim de buscar alternativas para empreender, da melhor forma possível, o projeto e missão da Faculdade Baiana de Direito.

Salvador, 23 de março de 2021.

Cláudia Albagli Nogueira Serpa
Coordenadora da CPA e membro do corpo docente

Jaqueline Andrade Moura
Membro do corpo técnico-administrativo

Lucca Nascimento
Membro do corpo discente

Victor Hugo Jesus de Souza
Membro representante da comunidade